

Salário dificulta acordo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) admitiu reconsiderar seus critérios originais para calcular o déficit público brasileiro e aceita uma taxa de inflação de até 130% este ano, mas quer garantias do governo de que a política salarial será alterada para não continuar realimentando o processo inflacionário, pois considera insuficiente o expurgo do INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor) sem uma decisão de se iniciar a desindexação da economia.

Esta exigência surgiu de forma clara na reunião de hoje no Palácio do Planalto, embora o governo prefira acreditar que os economistas liderados por Eduardo Wiesner venham a se convencer de que já está em curso a política de passar a reajustar os salários bem abaixo da inflação real. Nesta sexta-feira serão apresentados novos dados à missão para reforçar este ponto, embora não falte quem veja o fim dos reajustes preestabelecidos estabelecidos nos salários como uma exigência implícita do Fundo.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse antes da reunião que iria discutir com o FMI "os resultados das últimas medidas tomadas nas áreas fiscal e monetária", e classificou de irresponsável a atitude de propor o rompimento com aquele organismo. "Isto é coisa de quem não está sentado nas cadeiras onde são tomadas as medidas sérias" - respondeu, lembrando que

quem procurou o Fundo "fomos nós" e que o rompimento do acordo só se justificaria num "caso de ofensa do FMI à soberania nacional".

Após o encontro seu ministério preparou nota para desmentir que o Brasil tenha recorrido à moratória, como já davam conta boatos originários de Nova Iorque, mas não esclareceu porque foi adiada a redação do adendo à "carta de intenções", considerado pelo FMI como "inevitável" nesta altura das negociações, devido à amplitude das alterações propostas pelo governo brasileiro e aceitas parcialmente pelo diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosiere. A origem dos boatos estava, naturalmente, na falta de esclarecimento ao público.

Tanto é que no início da noite o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, resolveu ditar pelo telefone, à sua assessoria de imprensa, o recado de que "a tendência é que o novo acordo com o FMI seja concluído em breve". Mas os próprios membros da missão não souberam - ou não quiseram - precisar quanto tempo mais gastarão para chegar à redação da nova "carta de intenções". Somente após o encaminhamento deste documento a Washington é que a direção do FMI, com base no relatório da missão, poderá liberar a parcela de US\$ 411 milhões do crédito ao Brasil, ainda bloqueada por falta de cumprimento das metas anteriores.